

Aproximações e dissonâncias entre o Serviço Social brasileiro e britânico na contestação à perspectiva tradicional

Approximations and dissonances between Brazilian and British Social Work in challenging the traditional perspective

Antoniana Defilippo* 

Giovanna Canêo** 

Shirleny Pereira de Souza Oliveira*** 

RESUMO

O presente artigo resulta de parte da pesquisa “Serviço Social Radical no Reino Unido: os fundamentos histórico-críticos do Serviço Social britânico na contemporaneidade”, articulada à pesquisa em rede “Serviço Social na história: Questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”. Com base em pesquisa bibliográfica, o estudo tem como objetivo apresentar aproximações e dissonâncias entre o Serviço Social brasileiro e britânico na contestação à perspectiva tradicional. Partimos dos determinantes históricos que permitem a emergência de perspectivas contestatórias ao Serviço Social tradicional na realidade brasileira e britânica, sobretudo no contexto das relações sociais capitalistas a partir dos anos 1960 e seu legado nos dias atuais. Nossa hipótese, para tanto, é a de que a interlocução entre vertentes críticas do Serviço Social nos dois países apresenta elementos importantes para o debate contemporâneo na profissão e, por isso, merece ser adensado.

Palavras-chaves: Reino Unido; Brasil; Serviço Social Radical; Perspectiva Tradicional; Movimentos Contestatórios.

ABSTRACT

This article is part of the research “Radical Social Work in the UK: the historical-critical foundations of British Social Work in contemporary times”, linked to the research network “Social Work in History: social issues and social movements - Latin America and Europe”. Based on bibliographical research, the study aims to present similarities and dissonances between Brazilian and British Social Work in challenging the traditional perspective. It starts from the historical determinants that allowed the emergence of contestatory perspectives to traditional Social Work in the Brazilian and British reality, especially in the context of capitalist social relations from the 1960s and its legacy today. The hypothesis is that the interlocution between critical strands of Social Work in the two countries presents important elements for the contemporary debate in the profession and therefore deserves to be further developed.

Keywords: United Kingdom; Brazil; Radical Social Work; Traditional Perspective; Contestatory Movements.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89041>

*Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: antonianadefilippo@id.uff.br.

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Santos, São Paulo. E-mail: gicaneo80@gmail.com.

***Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. E-mail: oliveirashirleny@gmail.com.

Como citar: DEFILIPPO, A.; CANÊO, G.; BORGES, M. E. S.; OLIVEIRA, S. P. S. Aproximações e dissonâncias entre o Serviço Social brasileiro e britânico na contestação à perspectiva tradicional. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 69-83, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89041>.

Recebido em 12 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 30 de setembro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

O presente artigo se trata de um estudo preliminar vinculado à pesquisa “Serviço Social Radical no Reino Unido: os fundamentos histórico-críticos do Serviço Social britânico na contemporaneidade”, articulada à pesquisa em rede “Serviço Social na história: Questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”. Para desenvolvê-lo, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, revisão bibliográfica e análise documental, tendo comol como tendo por referência os principais autores do Serviço Social brasileiro contemporâneo e do Serviço Social britânico vinculados à vertente crítica e radical, como: Iamamoto (2007), Netto (1996), Barroco; Terra (2012), Abramides (2019), Corrigan; Leonard (1978), Simpkin (1979), Langan (1989), Ferguson; Lavalette (2024), Ioakimidis (2024), dentre outros.

A pesquisa tem como objetivo apresentar aproximações e dissonâncias entre o Serviço Social brasileiro e britânico na contestação à perspectiva tradicional fundamentada na ética liberal-burguesa, sob o enfoque da teoria sociológica positivo-funcionalista que, historicamente, foi absorvida pela profissão, articulando respostas profissionais de caráter conservador (Iamamoto; Yazbek, 2009).

Visando abordar os fundamentos históricos das perspectivas contestatórias ao denominado Serviço Social Tradicional, resguardadas as particularidades de ambas as localidades e desprovido-se de qualquer pretensão comparativa, utilizamos da análise de produções bibliográficas fundamentadas nas vertentes do Serviço Social crítico e/ou radical. Partimos do olhar histórico-crítico de Iamamoto (2007; 2012; 2013), que rompe com uma visão endógena da profissão, isto é, explicada em si mesma, e a situa no movimento histórico da sociedade, no processo das relações sociais capitalistas, que produzem e reproduzem determinações concretas das quais o Serviço Social emerge como produto e frente às quais também atua.

A escolha por esse referencial não se deu de forma aleatória. Conforme ressalta Eiras *et. al.* (2017; 2021), a perspectiva histórico-crítica dos fundamentos da profissão - que encontramos na referida autora, por exemplo, foi impulsionada pela emergência do *Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina*, quando, através da conexão com projetos societários progressistas e/ou revolucionários, ensejou-se posicionamentos críticos às formulações do Serviço Social oriundas de outros continentes, como o europeu, e também estadunidense que, hegemonicamente, assentavam-se em pressupostos conservadores vinculados ao Serviço Social Tradicional.

A título de ilustração, algumas dessas experiências de intenção de ruptura com o viés conservador alçaram hegemonia no seu corpo profissional, como no caso brasileiro, em que suas formulações foram substancialmente incorporadas ao Código de Ética do Serviço Social; às diretrizes curriculares para a formação profissional; à Lei 8662/93 que

regulamenta a profissão; além de fundamentar o conjunto de resoluções e parâmetros para a atuação do assistente social em diversos espaços sócio-ocupacionais, emitidos pelo Conselho da categoria. Outras, no entanto, ainda buscam conquistar seu lugar na categoria, enquanto vertentes ou movimentos contestatórios ao projeto societário e projeto profissional hegemônicos, como se observará adiante ao nos debruçarmos sobre a particularidade do Serviço Social Radical no Reino Unido (Bigogno, 2020; 2021).

Desta forma, partindo deste ângulo de leitura fundado nas vertentes críticas de inspiração marxista no Serviço Social, apresentaremos nas seções subsequentes os determinantes históricos que permitiram o surgimento das perspectivas contestatórias ao Serviço Social Tradicional no Brasil e no Reino Unido a partir da década de 1960, bem como algumas aproximações e dissonâncias nestas realidades distintas, tendo por intuito contribuir com a produção de conhecimento sobre o *Serviço Social na história*.

A exposição do conteúdo deste artigo está organizada em três tópicos. O primeiro é constituído por uma análise conjuntural da crise e das transformações societárias a partir dos anos 1960. O segundo tópico, por sua vez, retrata o Serviço Social brasileiro e sua guinada à perspectiva crítica e, por último, o terceiro tópico orbita em torno do Serviço Social radical britânico e seus elementos centrais de resistência e crítica.

Crise e transformações societárias a partir dos anos 1960: elementos introdutórios

Não é possível investigar heurísticamente as vertentes contestatórias do serviço social brasileiro e britânico senão situadas no contexto político, social e econômico da sociedade capitalista no transcurso histórico dos anos subsequentes à década de 1960. Isso porque estamos falando de transformações societárias de impacto profundo na acumulação capitalista que foram amalgamadas por uma série de crises no Ocidente expostas, fundamentalmente, pela extinção do sistema *Bretton Woods*, pela crise do petróleo, em 1973 e 1979; crise do dólar, em 1978; Guerra do Vietnã, em 1975; crise fiscal dos Estados Unidos da América (EUA), com elevação da taxa de desemprego e inflação acelerada; crise do modelo de regulação keynesianista-fordista; e a crise do bloco soviético. Neste mesmo cenário se desvelam e emergem processos e confrontos abertos de lutas de classes e, significativamente a partir de 1968, amplas mobilizações se processam, entoando pelo fim da carestia, por melhores condições de vida e trabalho, como a *Primavera de Praga*, o *Maião Francês* e a *Revolução Portuguesa*.

Após a Segunda Guerra Mundial, Mandel (1985) afirma que o capitalismo demonstrou uma fase de grande ascensão e prosperidade, do que resultaram os “anos gloriosos” até os anos 1960, com grande expansão do capital. As políticas econômicas e sociais heterodoxas, direcionadas por John M. Keynes, juntamente com o padrão de desenvolvimen-

to fordista/taylorista forjado até os anos 1960, fomentaram o avanço significativo do processo de acumulação capitalista. Este período foi denominado por Mandel de “longa onda expansiva”, com destaque para a grande concentração e centralização do capital. Por quase trinta anos, o capital esteve em franca reprodução, juntamente com uma expansão do investimento tecnológico, racionalização da produção e da geração de lucros, período configurado como o de ampliação da automação do trabalho e geração de “superlucros”.

As novas tecnologias permitiram a expansão da mais-valia relativa, expressando salto quantitativo, principalmente nos solos europeus e estadunidenses. Sob política econômica e social do estado de bem-estar social, o período foi caracterizado pela redução drástica do desemprego e crescimento dos direitos sociais para a classe trabalhadora. Tais resultados somente foram permitidos por conta dos elevados gastos orçamentários que se converteram em melhorias significativas para a vida da classe trabalhadora e permitiram, inclusive, o reavivamento e fortalecimento do movimento sindical e a ilusória sensação de erradicação das contradições próprias do capitalismo.

Todavia, de acordo com Mandel (1985), as consequências advindas dos anos gloriosos, a partir dos anos 1960 e início dos anos 1970, foram sobremaneira impactantes e desvelaram diferentes contradições e conflitos de classes. Desta feita, a ofensiva do capital foi direcionada principalmente às conquistas de direitos dos trabalhadores, refreada, em parte, pela grande resistência da organização dos trabalhadores através de seus então fortalecidos sindicatos.

Em finais da década de 1970 e nos anos 1980, propostas neoliberais, que tiveram como berço o Reino Unido – juntamente com países imperialistas –, foram colocadas como diretrizes para o mundo capitalista e expressaram, de certa forma, grande derrota para a classe trabalhadora, fomentando a retomada da reprodução do capital em nível global.

Reestruturou-se a produção, por meio do sistema toyotista, com medidas liberais na economia e medidas restritivas para o social, rechaçando-se, cada vez mais, o estado de bem-estar social keynesiano. Assim, o capital adaptou-se em busca de reversão de suas próprias crises, demonstrando que esse fenômeno é parte de sua própria constituição, buscando-se superar a si mesmo, num processo de negação das formas precedentes de se produzir, mas conservando sua natureza de busca incessante pelo lucro, desenvolvendo outras estratégias de reprodução.

Este modelo flexível, que tem como proposta o controle da produção e dos gastos públicos, agrava ainda mais as condições de vida dos trabalhadores uma vez que diminui o gasto público com os serviços e políticas sociais, em aliança com privatizações e descentralizações de empresas estatais e serviços públicos, ajustes administrativos e idealismos assistencialistas, conferindo o que muitos autores chamam de Modelo Neoliberal.

Destaca-se que o ideário neoliberal vem acompanhado da “agenda pós-moderna” (Wood, 1999) que engloba, de acordo com Netto (1996): uma tematização imprudente da noção de crise de paradigmas; a crítica à perspectiva de totalidade e uma compreensão que a reduz ao totalitarismo; o fortalecimento de um empirismo imediatista tomado pelo mediato e, com isso, o real é identificado com o existente; e, por isso, é abolida a distinção entre aparência e essência; a realidade deixa de ser a referência como ponto de partida e de chegada do conhecimento científico; conseqüentemente, a possibilidade e busca pela verdade desaparece da ciência, tomada como “jogos de linguagem” e lutas entre discursos argumentativos; a objetividade é reduzida ao simbólico, assim o imaginário “toma o lugar” da realidade; a arte, o cotidiano, a ciência e a história têm suas fronteiras apagadas; a unidade diferenciada que envolve o ser social e a natureza é substituída pela identidade.

Contraditoriamente aos pressupostos do modelo neoliberal e pós-moderno direcionados ao mundo capitalista em fins dos anos 1970 e anos 1980, no Brasil, sobretudo nos anos 1980 e 1990, no que concerne ao Serviço Social, consolidou-se o projeto profissional de feição ético-política, com estreita relação com o anticapitalismo, com a teoria crítica marxista e com as lutas populares. Nesta mesma direção, emerge o Serviço Social Radical britânico, também numa relação estreita com o anticapitalismo, com a teoria marxista e lutas populares, mas que, porém, fora solapado pela entrada avassaladora neoliberal e pós-moderna, imputando-o um movimento de introspecção, com força retomada somente a partir dos anos 2006.

Contestação, hegemonia e resistência: o Serviço Social brasileiro e sua guinada à perspectiva crítica

Em se tratando de Serviço Social brasileiro, o surgimento de perspectivas contestatórias ao projeto profissional tradicional remonta justamente à transição dos anos 1960/1970 - tendo por precursor e impulsionador o Movimento de Reconceituação Latino-americano -, do que resulta o atual projeto ético político profissional, notadamente fortalecido e consolidado entre os anos 1980 e 1990, num movimento de contestação, recusa e crítica ao projeto profissional conservador até então hegemônico.

O momento que marca temporalmente e simbolicamente essa construção aconteceu no “Congresso da Virada” (III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em São Paulo), em 1979, ainda sob vigência da ditadura militar no país que, no entanto, não intimidou o processo de luta e reivindicação de assistentes sociais por uma nova *direção social* para a profissão – contestatória e crítica ao tradicionalismo conservador de então.

Os processos de redemocratização da sociedade brasileira no confronto com a ditadura militar encontraram consonância no corpo profissional e propiciaram a criação de um quadro necessário para o rompimento da hegemonia do conservadorismo no Serviço Social de então. A ditadura e os processos que culminaram em sua derrota, permitiram

um desvelamento da *condição política* para a construção de um novo projeto profissional que, nos anos subsequentes, mobilizou esforços políticos e teóricos no interior da categoria, despontando como norte o compromisso com a construção de uma outra forma de sociabilidade para além da lógica do capital.

Em termos de organização política da categoria, o momento foi de aglutinação de assistentes sociais brasileiros junto ao movimento sindical, aos movimentos classistas, aos partidos de esquerda, como Partido dos Trabalhadores e Partido Comunista, e aos movimentos populares em diferentes frentes e bandeiras de luta (educação, habitação, meio ambiente, gênero, questões étnico-raciais, dentre outros) o que propiciou impulso na *direção social* contestatória da profissão e mobilização significativa em seus diferentes espaços sócio-ocupacionais (Abramides, 2019).

No âmbito teórico, por sua vez, embora o Serviço Social brasileiro tenha se legitimado nos anos 1960 a partir da Reforma Universitária empreendida pela ditadura, foi no decorrer da década 1970, com o surgimento de cursos de pós-graduação, que permitiu-se consolidar a produção de conhecimento da área de Serviço Social, operando uma ambiência e acumulação teórica, a partir da interlocução com as ciências sociais, o que resultou na incorporação de matrizes teórico-metodológicas de inspiração na tradição marxista.

Já no trânsito do final da década de 1980 para o início dos anos 1990, a constituição de uma produção ética crítica, especialmente a vinculada à tradição de Marx, e o desencadeamento de um debate ético sistemático e de uma intervenção ético-política articulada à formação e ao exercício profissional, impulsionaram o fortalecimento do Projeto ético-político, reafirmando a ruptura com o Serviço Social Tradicional (Barroco, 2012), bem como consolidando sua hegemonia na categoria profissional a partir da instituição de importantes instrumentos jurídico-políticos, a saber: o Código de Ética de 1993, a aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão no mesmo ano e, na sequência, as Diretrizes Curriculares em 1996.

Embora com muitos avanços rumo à consolidação do projeto ético-político profissional brasileiro, cabe destacar que as determinações das transformações societárias que se processaram no pós 1960 e que culminaram na reestruturação produtiva e entrada do neoliberalismo nos anos 1980, conforme aludido anteriormente, solaparam a sociedade brasileira mais explicitamente a partir de 1995, quando o grande capital passa a ocupar incisivamente o campo das decisões econômico-políticas, tomando o conjunto da sociedade de forma rápida e massificada.

Após 45 anos do Congresso da Virada, a categoria profissional brasileira ainda dispõe de entidades representativas, composta pelo conjunto

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS/ Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

- ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO, que se mantêm firme na defesa de decisões democráticas e progressistas, em consonância com o projeto ético-político profissional. Mas isso não significa dizer que a intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão tenha eliminado os projetos tradicionais e conservadores, principalmente quando se leva em conta os componentes da contemporaneidade. Se o Congresso da Virada possibilitou o rompimento com o conservadorismo político e abriu caminhos para a politização democrática e progressiva do Serviço Social brasileiro, em contexto neoliberal e pós-moderno a politização conservadora que hegemonizou por tanto tempo a profissão no país, se mostra reatualizada e presente (Netto, 2011).

Boschetti (2015, p.647), por exemplo, identifica uma incorporação do pensamento pós-moderno nos currículos atuais à revelia das Diretrizes Curriculares, desvelando tendências que reatualizam alguns traços conservadores que podem ser observados por meio da valorização de alguns pontos: *metodologismos*, com ênfase no tecnicismo e legalismo positivista enquanto elementos essenciais para a formação e pesquisa, em prejuízo da reflexão fundamentada no pensamento crítico; do *teoricismo acrítrico*, caracterizado pela conceituação operacional e incorporação de categorias pós-modernas e conservadoras das Ciências Sociais, como da Sociologia, Psicologia e Antropologia, com abordagens que supõem a possibilidade da neutralidade; *aligeiramento* da formação e da pesquisa, traço essencialmente contemporâneo, em que o expansionismo superficial de cursos se mostra como extremamente funcional ao conservadorismo; *pragmatismo*, fermento para uma formação e trabalho profissional utilitaristas, imediatistas, ancorados pelo discurso de que “na prática a teoria é outra”; *voluntarismo*, traço que se revela a partir do descolamento da subjetividade e da objetividade nas múltiplas determinações do real; *contentamento com o possibilismo*, típico do conformismo a partir das mudanças institucionais capitalistas e da concordância com as “melhorias” sociais no marco do capitalismo, base de sustentação do reformismo social democrata, por exemplo.

Assim, é possível identificar que estas tendências estão menos interessadas à crítica social - conforme assistiu-se à guinada do Serviço Social nas décadas anteriores - voltando seu foco teórico-metodológico à intervenção de um saber profissional meramente executor, acrítrico e eclético.

Contestação e resistência: o Serviço Social radical britânico

As décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial foram marcadas pelo estabelecimento do *Welfare State* no Reino Unido, num período de expansão da segurança social, da transferência de renda e das políticas sociais. Destarte, observou-se um aumen-

to da demanda por profissionais do Serviço Social e a expansão do setor educacional de formação profissional. Anteriormente a esse processo, tanto a formação como o trabalho profissional, eram influenciados pela tradição estadunidense de Mary Richmond que orbitava nos metodologismos e na psicoterapia (Corrigan; Leonard, 1978, Langan; Lee, 1989, Simpkin, 1979).

O Serviço Social Radical no Reino Unido surge como resistência ativa à opressão e à repressão política, influenciados pela insurgência dos movimentos sociais nos anos 1960, que eram voltados às lutas dos direitos civis da população negra, aos direitos das mulheres (Ferguson; Lavalette, 2024), movimentos estudantis, movimentos antiguerra e entre outros, que surgiram inicialmente nos Estados Unidos e atingiram níveis globais.

A análise crítica do Serviço Social radical num primeiro momento é voltada ao Serviço Social tradicional, intitulado também de *mainstream social work*, que era focado no tecnicismo e marcado pela cultura do silêncio, sem criticismo frente às desigualdades sociais produzidas no sistema capitalista de produção (Corrigan; Leonard, 1978).

Ademais, destaca-se as principais características do Serviço Social Radical nessa época: ênfase na desigualdade estrutural e não nas falhas individuais; crítica ao Estado de Bem-Estar Social como opressivo e controlador; defesa de uma relação diferente entre trabalhadores e clientes; ênfase nas abordagens coletivas; alianças entre assistentes sociais e coletivos de usuários dos serviços; tomada de consciência de que “os assistentes sociais também são trabalhadores” e o crescente envolvimento dos sindicatos dentro do Serviço Social (Ferguson, Lavalette, 2024, p.377).

Nesse sentido, a literatura que apresentava uma perspectiva radical nos anos 1970 no Reino Unido, tinha como sustentáculo um viés transformador, com propostas que buscassem a igualdade, a justiça social e o combate às formas de opressão, tendo como base ideológica uma perspectiva progressista e socialista de inspiração marxista (Mullaly, 1997, Reich; Andrews, 2002, Simpkin 1979).

Não obstante, enfatiza-se que não eram perspectivas homogêneas. Langan e Lee (1989, p. 14) elencaram três principais abordagens que apresentavam aproximações de “uma estratégia política”: a) revolucionária - com foco na crítica ao papel de controle estatal, e dos assistentes sociais como seus operativos, numa perspectiva socialista; b) reformista - ao compreender o assistente social como guardião das intervenções do Estado Social, na busca de adequar os serviços às necessidades dos usuários, num combate as propostas mercantilistas e c) prefigurativa - que favorecia novas-estratégias de ruptura de causas de opressão e desigualdade, mas não necessariamente embasadas na condição de classe.

Ressalta-se que o que ganhava mais espaço na agenda radical do Serviço Social no Reino Unido centrava-se na crítica das perspectivas psicoterapêuticas e do *Casework*, utilizado como método de intervenção (Bailey; Brake, 1975, Langan; Lee, 1989).

Os autores Bailey e Brake (1975) e Simpkin (1973) propunham uma análise estrutural dos problemas sociais, rompendo com as perspectivas psicológicas, na busca da diminuição de funções de controle social exercidas pela categoria. Tais críticas também eram voltadas às teorias sistêmicas, que estavam ganhando relevância no Serviço Social dos anos 1970. Na medida que estas extinguíam a dimensão política do trabalho profissional e a possibilidade dos profissionais se reconhecerem nos usuários que atendiam e de se assumirem como atores políticos.

As teorias radicais enfatizavam a importância de maior envolvimento com grupos comunitários e movimentos sociais, para ampliar a dimensão política da profissão e a busca de maior aproximação dos profissionais com os sujeitos e suas condições de vida. Nessa direção, a mobilização sindical tinha papel importante no reforço de um projeto profissional politicamente empenhado, sendo registrada em grande parte da literatura do Serviço Social nos anos 1970 (Joyce; Corrigan; Hayes, 1988). Essa adesão aproximava os assistentes sociais dos movimentos dos trabalhadores e contribuía para a sua consciência de classe. Esta relação próxima entre a vertente radical, o trabalho profissional e os sindicatos, resultou num significativo crescimento no número de assistentes sociais sindicalizados (Ferguson; Lavalette, 2013, tradução nossa).

Em termos teórico-metodológicos, a produção teórica amplia-se e ganha maior visibilidade, a exemplo da revista *Case Con*, que surge com uma perspectiva revolucionária com críticas à abordagem focada no indivíduo frente à questão social. Com um histórico de 25 edições, publicadas no período de 1970 a 1977, a revista trouxe diferentes artigos de assistentes sociais, professores de serviço social e outras áreas das ciências sociais, tematizando questões intrinsecamente vinculadas às lutas da classe trabalhadora e recusa do serviço social tradicional como formação e prática profissional (Feldon; Chenu; Weinstein, 2018).

Mesmo sem a difusão desejada, a *Case Con* teve papel importante no Serviço Social Radical britânico dos anos 1970, na medida que assumia uma direção social explícita nas primeiras aproximações teóricas de inspiração marxista e para a organização política dos profissionais na época, a partir de um projeto de sociedade socialista, com reflexões primordiais para um direcionamento crítico para a profissão (Bigogno, 2020).

Contudo, nas décadas de 1980 e 1990, o Serviço Social radical apresentou uma grande retração, sobretudo pelas condições sociais, econômicas e políticas marcadas pelo governo de Margaret Thatcher e suas diretrizes neoliberais, com fortes ataques ao estado de bem-estar social e pela ampliação do gerencialismo de estado que representou uma grande diminuição da autonomia profissional; somado à implantação de medidas que cerceiam produções intelectuais críticas por parte de diretores de universidades (Iaokimidis, 2019).

Segundo Ferguson e Lavalette (2013), os impactos da produção flexível imputam aos trabalhadores as regras do gerencialismo, do que tem resultado, na profissão, o cha-

mado Serviço Social Neoliberal que reduz, sobremaneira, a possibilidade do envolvimento com uma prática progressista ou criativa. Desta forma, para enfrentar estas ameaças existentes são necessárias forças sociais muito mais poderosas do que somente assistentes sociais - forças à altura dos grandes movimentos sociais e movimentos de classe dos anos 1960 ou da Primavera Árabe, de 2011.

Como busca pelo reavivamento do *Radical Social Work* no Reino Unido e pela internacionalização do debate crítico e radical na categoria mundo afora, ilustra-se que os autores Iain Ferguson e Michael Lavalette, têm criado diferentes frentes de debates, reflexões, estudos e organização política, como, com publicações na revista *Critical and Radical Social Work*, e o desenvolvimento da *Social Work Action Network* (SWAN), uma rede de ação de articulação em pautas importantes para categoria na construção de uma agenda política.

A Social Work Action Network - SWAN (Rede Internacional de Ação em Serviço Social) surgiu em 2006 e, desde aquele momento, vem se capilarizando e promovendo conferências anuais com aproximadamente 300 delegados regulares que fomentam o debate sobre o serviço social e Estado de bem-estar social. Atualmente, além de organizar conferências anuais, a SWAN tem organizado ações fundamentalmente políticas e atividades formativas, tendo por objetivo contribuir com o fortalecimento da articulação do Serviço Social Crítico e Radical frente às ofensivas do neoliberalismo, como campanhas contra fascistas das agências locais de serviços sociais no Reino Unido; atividades em apoio a assistentes sociais em greve; e reuniões pró-palestina diante dos ataques de Israel.

Assim, a SWAN vem desempenhando um papel importante de organização político-formativa para contrapor o serviço social tradicional e conservador, identificado na vertente do serviço social neoliberal, por exemplo, e frente aos impactos resultantes do capitalismo e dos drásticos cortes de recursos dos serviços sociais (Lavalette, 2011).

Considerações Finais

Com base no exposto, é inegável a importância de uma interlocução entre o Serviço Social Brasileiro e outras experiências do Serviço Social mundial que ousaram contestar o serviço social tradicional e conservadorismo, e se situar no campo das lutas progressistas, como é o caso do Serviço Social Radical do Reino Unido. Apesar de inseridos em realidades sócio-históricas distintas e articulados em formas de organizações diversas, é possível identificar elementos de *aproximações e dissonâncias* entre eles com vistas a fortalecer, coletivamente e em nível mundial, a resistência ético-política do Serviço Social numa perspectiva crítica e radical frente à ofensiva neoliberal e reavivamento do conservadorismo.

É notável que as duas vertentes contestatórias emergiram em um mesmo contexto histórico e foram inspiradas pelas lutas sociais e emersão de novas expressões da questão

social no contexto de crise do modo de produção capitalista pós década de 1960, além de terem suas bases teóricas assentadas na tradição marxista, resguardando os processos iniciais de aproximação e amadurecimento. Mesmo o Brasil sendo um país de capitalismo dependente e o Reino Unido imperialista, ambas vertentes emergiram enquanto contestatórias ao serviço social tradicional e à sociedade capitalista, assim como foram impactadas pelo neoliberalismo e as novas relações de produção e reavivamento do conservadorismo.

O elemento do conservadorismo na sociedade capitalista é importante porque, embora seja possível considerar que o conservadorismo nunca esteve ausente da profissão, ressalta-se que ele se alimenta, no tempo presente, de determinações sócio históricas particulares que fortalecem seu avanço e impactam, sobremaneira, a direção social adotada para o trabalho e a formação profissional, quais sejam: no *campo econômico*, reavivadas pela crise do capital por meio de valores, políticas e medidas conservadoras; no *campo social* com a dissolução do “Estado Social” nos países capitalistas europeus, provocando precarização do trabalho, alargamento das desigualdades sociais e perda de conquistas históricas no âmbito das políticas públicas; no *campo ideocultural* com revigoramento da intolerância, discriminação e variadas formas de opressão (Boschetti, 2015).

Ademais, no Brasil, a vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo se fortaleceu em consonância com as lutas da classe trabalhadora frente à ditadura militar e busca pela redemocratização e amalgamou um projeto profissional que expressa notável hegemonia através das entidades da categoria - CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO - e seus instrumentos jurídico-políticos que asseguram formalmente a defesa de uma direção social crítica e progressista.

Inobstante, no Reino Unido - vanguarda do neoliberalismo, a perspectiva radical surgida nos anos 1970 e fragilizada nas décadas seguintes, não alçou hegemonia mas tem sido retomada na atualidade -, o que significa que o arcabouço teórico-metodológico de inspiração marxista ainda tem buscado situar seu espaço, articulando-se à amplos movimentos da sociedade civil e a organizações da categoria, como é o caso da SWAN.

Observa-se a dominância do chamado *Serviço Social Neoliberal* (Ferguson; Lavalette, 2013), e, diante dos fortes ataques ao estado de bem-estar social britânico, está havendo expressiva diminuição da autonomia profissional e cerceamento das produções intelectuais críticas no âmbito acadêmico. Esta tendência, hegemônica naquela realidade, tem sinalizado o predomínio de concepções conservadoras e reducionistas da profissão, materializando intervenções burocráticas, limitadas e de manejo de riscos, com a apreensão das demandas sociais descoladas do contexto sociopolítico das transformações societárias, e centradas no indivíduo (Herrero, 2017).

A atualidade brasileira também é marcada pela ofensiva antidemocrática do Capital, fruto dos ditames neoliberais, que são reproduzidos por setores político-partidários

social democratas, liberais, conservadores e de extrema direita e, representam ameaça à manutenção da hegemonia de nosso projeto ético-político (Netto, 2009). Este projeto societário neoliberal tem se concretizado a partir da privatização do “Estado, com desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exponenciada da riqueza etc.” (Netto, p.19).

Salienta-se que a preservação do projeto profissional do Serviço Social brasileiro e a possível construção e fortalecimento de uma proposta crítica e radical britânica na tessitura das relações sociais em um cenário tão adverso, exige vontade e esforço de uma maioria de profissionais, somado à importância do fortalecimento do movimento democrático e popular, tão criticado e reprimido nas últimas décadas (Netto, 2009.). Esse movimento remete ao que Boschetti (2015) observa ao analisar os processos que culminaram no fortalecimento do conservadorismo e a necessária busca por resistência: que, embora o Capital crie condições propícias ao seu avanço e reatualização, também revela “suas contradições internas e nos chamam a compreendê-las como requisito para construir nossa intervenção no campo da formação, do trabalho e da política” (Boschetti , 2015, p. 640).

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade da defesa constante de valores que rompam com a perspectiva conservadora, que confrontam a banalização da vida social, as opressões e as desigualdades sociais, portanto, numa reafirmação das perspectivas crítica e radical do Serviço Social, haja visto que este posicionamento não deve se resumir ao fazer profissional, mas a uma “contribuição em face da possibilidade de construção de uma nova ordem social” (Forti; Coelho, 2015, p.28).

É possível concluir que a repercussão neoliberal não é exclusiva da realidade brasileira ou britânica, assim como o fortalecimento de ideias repressivas, regressivas, conservadoras e neofascistas também não são. O neoliberalismo tem se espreado globalmente, demonstrando um fortalecimento de projetos societários alinhados aos interesses do grande capital. Nesse contexto, o compromisso ético-político na defesa de um projeto societário emancipatório se mostra cada vez mais necessário e, para além dos embates no *front* das lutas sociais, faz-se necessária uma interlocução em nível internacional da categoria, numa aproximação importante entre projetos profissionais que se apresentam numa mesma direção social.

Contribuições: todos os autores trabalharam na elaboração, análise e versão final do artigo.

Agradecimentos: não se aplica.

Agência financiadora: não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: não se aplica.

Conflito de interesses: não se aplica.

Referências

- ABRAMIDES, M. B. *O Projeto Ético-Político Brasileiro: Ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BAILEY, R.; BRAKE, M. Social Work in the Welfare State. In R. Bailey & M. Brake (Eds.), *Radical Social Work*, 1st ed., pp. 1–12. Random House, 1975.
- BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serv. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.
- BARROCO, M. L. *Código de ética do/a Assistente Social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.
- BIGOGNO, D. D. A. O projeto ético-político profissional brasileiro e as possibilidades de interlocução internacional: aproximações ao Serviço Social Radical do Reino Unido. Tese de Doutorado. UFRJ, 2020.
- BIGOGNO, D. D. A. Serviço Social Radical: a experiência do Reino Unido no transcurso dos anos 1970 a 1980. In: IAMAMOTO, M.V; DOS SANTOS, C.M. (orgs.) *A história pelo avesso. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. 1 Ed. São Paulo: Cortez: CNPQ, 2021.
- BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serv. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.
- BRASIL. *Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 30 dez. 2024.
- COHEN, S. It's All Right for You to Talk: Political and Sociological Manifestos for Social Work Action. In: R. Bailey & M. Brake (Eds.), *Radical Social Work*, 1st ed., pp. 76–95. Random House, 1975.
- CORRIGAN, P.; LEONARD, P. *Social Work Practice Under Capitalism - A Marxist Approach*. MacMillan, 1978.
- EIRAS, A. *et al.* Os movimentos contestatórios no Serviço Social iberoeuropeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2017.32744>.
- EIRAS, A. L. T. S.; SANTOS, C. M. e YAZBEK, M. C. Serviço Social radical nos EUA (1960- 1980): fundamentos históricos e teórico-políticos IN: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Orgs). *A História pelo avesso. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- FELDON, P., CHENU, L., & WEINSTEIN, J. The Case Con generation 1970-1975. *Critical and Radical Social Work*, 6(1), 107–114, 2018.

FERGUSON, I.; LAVALETTE, M. Critical and Radical Social Work: An Introduction. *Critical and Radical Social Work*, 1(1), 3-14, 2013. Disponível em: doi.org/10.1332/204986013X665938. Acesso em: 31 ago. 2024.

FERGUSON, I.; LAVALETTE, M. “Não está escuro ainda, mas está chegando lá”: Crises globais, Serviço Social e resistência. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 367 - 386, jan./ jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/44930/27603>. Acesso em: 31 ago. 2024.

FORTI, V.; COELHO, M. Contribuições à crítica do projeto ético-político do serviço social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: *Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

HERRERO, M. I. M. El trabajo social en Inglaterra: el principio y fin de una profesión para la justicia social? In: *Cuadernos de Trabajo Social*, Madri, v. 30, n. 2, p. 343-355, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5209/CUTS.54606>. Acesso em: 29 ago. 2024.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (19ª edição). São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma Interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2013.

IOAKIMIDIS, V. Reflexões sobre a história: desenvolvimento e evolução do Serviço Social radical na Europa. *Libertas*, v. 19, n. 2, p. 270-285, 2019. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/28978/19930>. Acesso em: 31 ago. 2024.

JOYCE, P.; CORRIGAN, P.; HAYES, M. *Striking Out-Trade Unionism in Social Work*. MacMillan Education, 1988.

LANGAN, M.; LEE, P. Whatever happened to radical social work?. In: LANGAN, M.; LEE, P. (Eds.), *Radical Social Work Today*, pp. 1–18. Unwin Hyman, 1989.

LAVALETTE, M. *Radical Social Work Today. Social work at the crossroads*. The Policy Press. 2011.

MANDEL, E. *Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MULLALY, B. *Structural social work: Ideology, theory and practice*. 2nd ed.. Oxford University Press Canada, 1997.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social — notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Netto_A%20construcao%20do%20projeto%20etico%20politico%20SS-2.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

NETTO, J. P. As perspectivas teórico-metodológicas contemporâneas no Serviço Social. In: *O trabalho social França e Brasil*. São Paulo: SÊSC, 2011.

REISCH, M.; ANDREWS, J. *The Road Not Taken - A History of Radical Social Work in the United States*. Routledge, 2002.

SIMPKIN, M. *Trapped Within Welfare: Surviving Social Work*. MacMillan Press, 1979.

WOOD, E. M. O que é agenda “pós-moderna”? In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. (eds.). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.